



INSPEÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES EM SAÚDE

## JORNADAS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA

ARTICULAÇÃO ENTRE ENTIDADES COMPETENTES E INSPETIVA NA PROTEÇÃO  
RADIOLÓGICA: ERS, APA E IGAS

A INSPEÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES EM SAÚDE

Marta Gonçalves, Inspetora e Chefe de Equipa Multidisciplinar da Inspeção-geral das Atividades em Saúde  
Porto, 10 de dezembro de 2025





“A IGAS tem por missão auditar, inspecionar, fiscalizar e desenvolver a ação disciplinar no sector da saúde, com vista a assegurar o cumprimento da lei e elevados níveis técnicos de atuação em todos os domínios da atividade e da prestação dos cuidados de saúde desenvolvidos quer pelos serviços, estabelecimentos e organismos do Ministério da Saúde, (...), ou por este tutelados, quer ainda pelas entidades privadas, pessoas singulares ou coletivas, com ou sem fins lucrativos.”

Artigo 2.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 33/2012, de 13 de fevereiro



A IGAS tem como atribuição verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares e das orientações aplicáveis, bem como a qualidade dos serviços prestados, por qualquer entidade ou profissional, no domínio das atividades em saúde, através da realização de ações de auditoria, inspeção e fiscalização.



# Evolução das competências da IGAS



## DL n.º 108/2018

Sem intervenção específica no âmbito da proteção radiológica.

## DL n.º 81/2022

Inspeção e fiscalização nos domínios da atividade e da prestação dos cuidados de saúde, no setor público e privado.

Instauração, instrução e decisão dos processos de contraordenação simples.

## DL n.º 139-D/2023

Inspeção e fiscalização nos domínios da atividade e da prestação dos cuidados de saúde, no setor público, privado e social.

Instauração, instrução e decisão dos processos de contraordenação simples.

Instauração, instrução e decisão dos processos de contraordenação ambientais e económicas quando nos domínios da atividade e da prestação dos cuidados de saúde, no setor público, privado e social.



# Autoridade Inspetiva



Entidade a quem compete a fiscalização do cumprimento do Decreto-Lei n.º 108/2018, relativamente à atividade e prestação de cuidados de saúde no setor, público, privado e social, sem prejuízo dos poderes de fiscalização e polícia que competem às demais autoridades públicas, nomeadamente a autoridade competente.



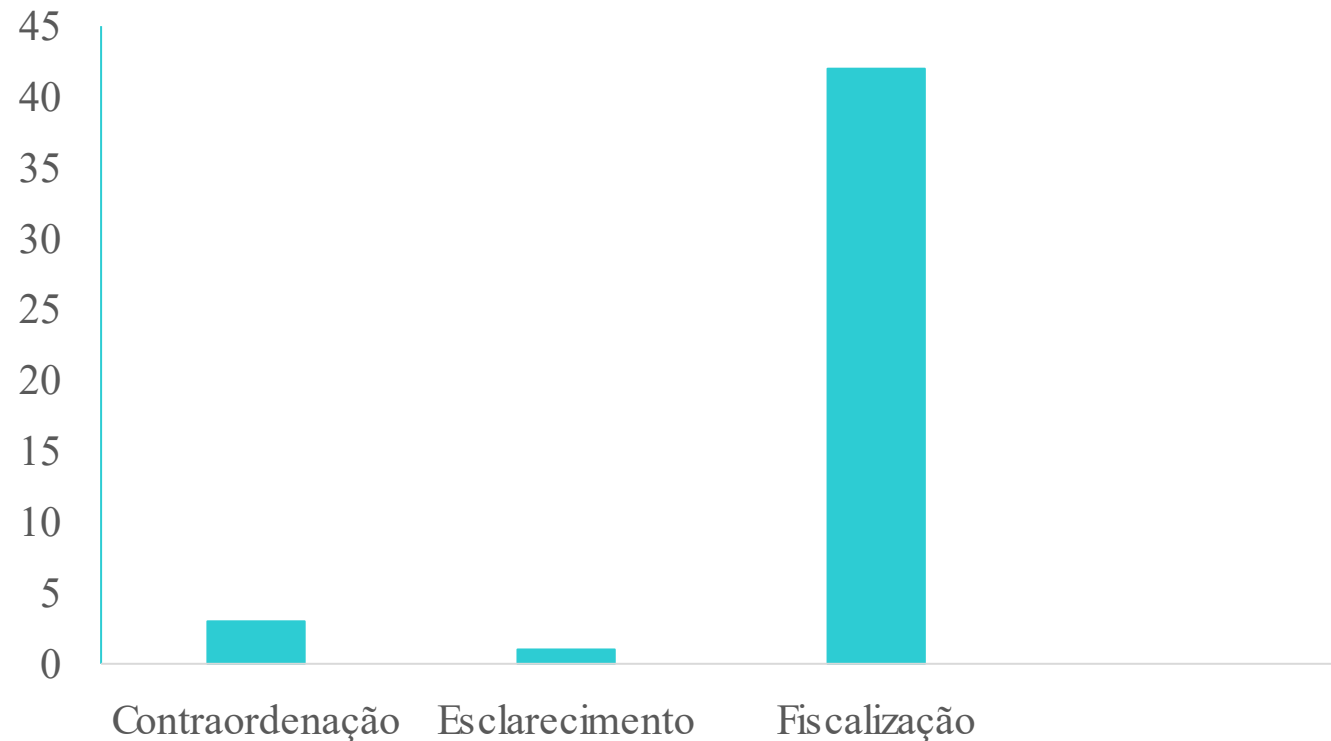
# Inspeção



Todas as inspeções, incluindo visitas a locais, controlo das emissões e verificação dos relatórios internos e dos documentos de acompanhamento, verificação do autocontrolo, verificação das técnicas utilizadas e da adequação da gestão das atividades e práticas sujeitas ao Decreto-Lei n.º 108/2018, efetuadas pela autoridade inspetiva para verificar e promover a conformidade das atividades e práticas com as condições de licenciamento e registo e com o Decreto-Lei n.º 108/2018.



# Tipos de processo

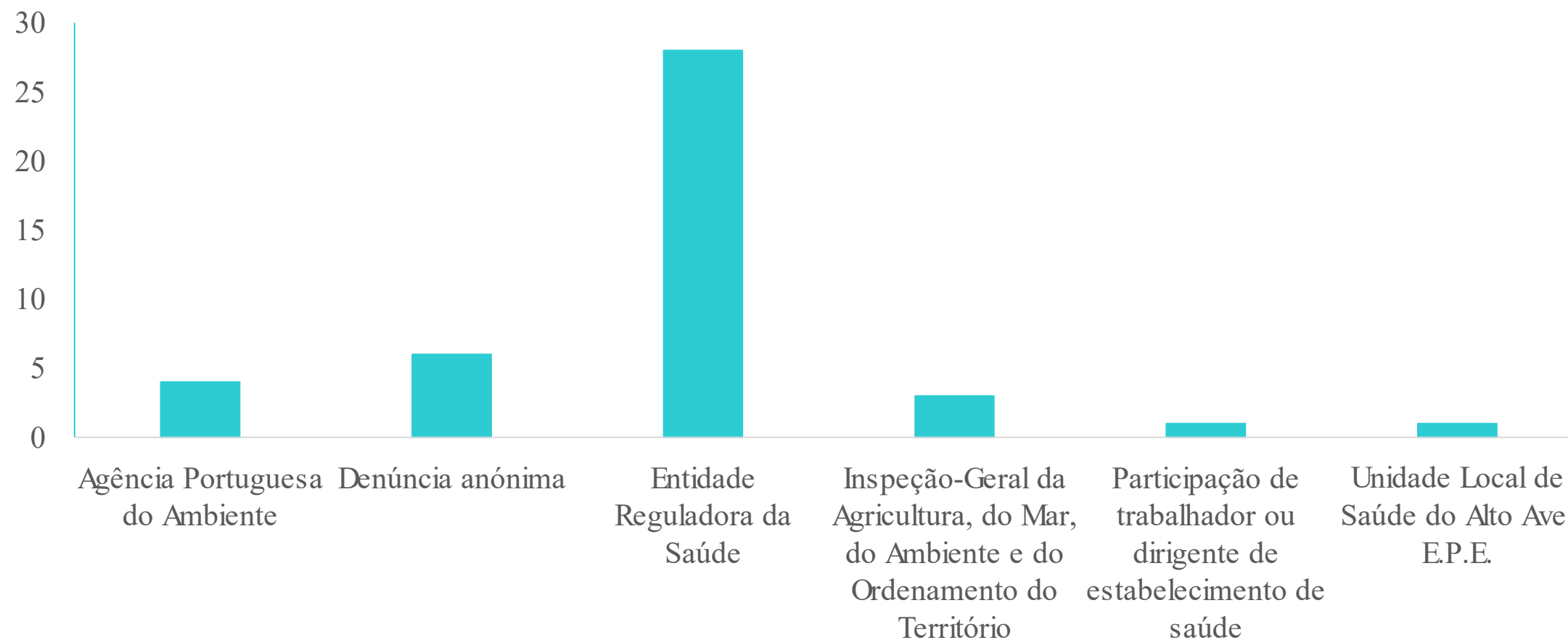


## Fiscalização

Ação dirigida à verificação da regularidade de procedimentos ou normativos implementados de acordo com quadro sancionatório próprio.

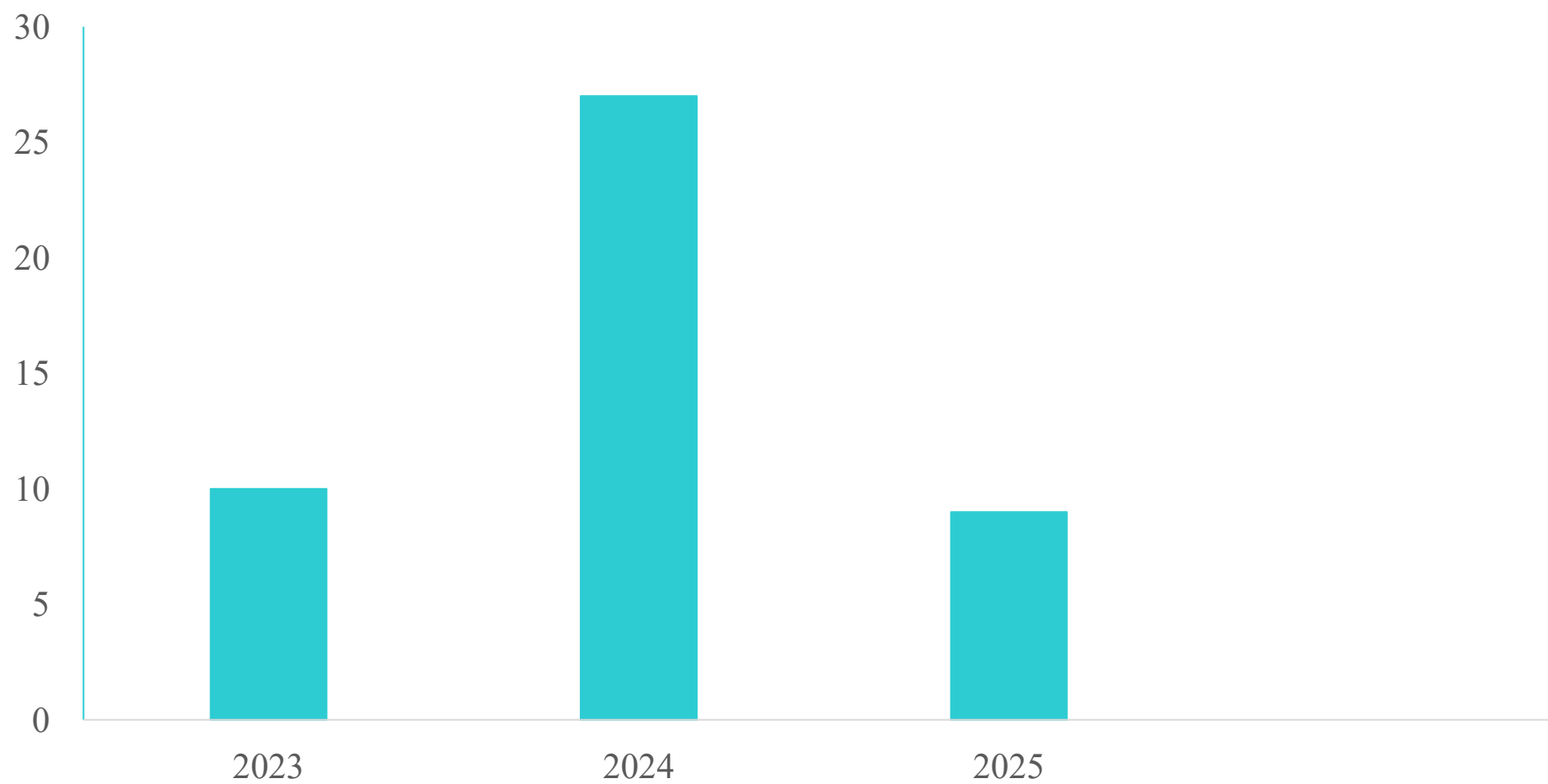


# Origem dos processos



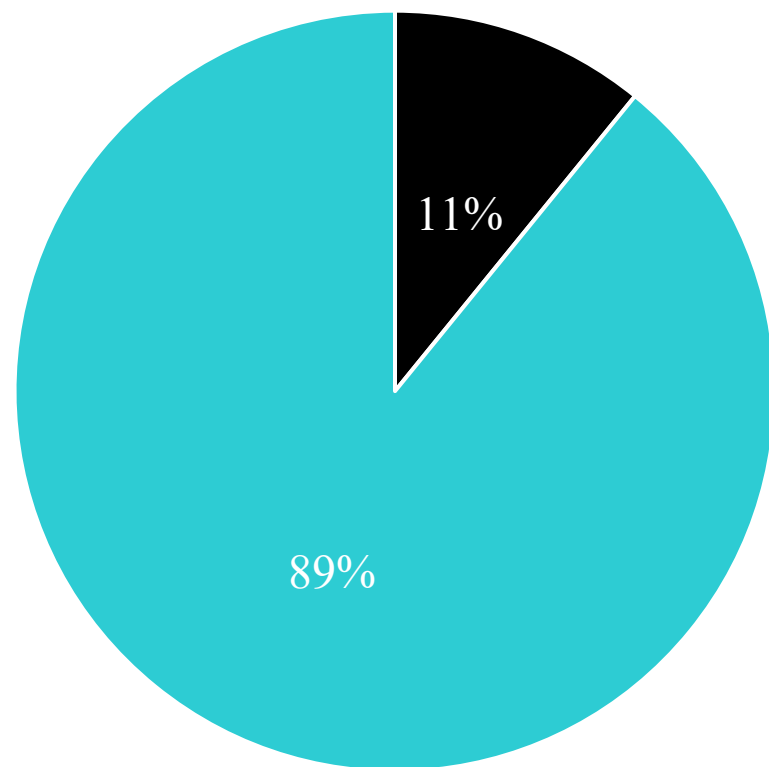


# Evolução do n.º de processos





# Entidades



■ Setor empresarial do Estado    ■ Setor privado

- Mais de 50% das entidades do sector privado fiscalizadas são clínicas ou consultórios dentários
- Os cinco processos instaurados a entidades do setor empresarial do estado dizem respeito a quatro entidades

# Instrumentos de trabalho



## GUIÃO PARA A FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO REGIME JURÍDICO DA PROTEÇÃO RADIOLÓGICA



Lisboa, 17 de janeiro de 2024



### Infrações contraordenacionais previstas no regime jurídico da proteção radiológica (IGAS)

Infração	Previsão	Contraordenação	Regime contraordenacional aplicável	Tipo de contraordenação	Sanção aplicável (pessoas singulares)	Sanção aplicável (pessoas coletivas)
<b>Artigo 97.º</b> <b>Aplicação do princípio da otimização à exposição médica</b>  4 - No caso dos pacientes sujeitos a um tratamento ou diagnóstico com radionuclídeos, o responsável pela realização da exposição médica fornece ao paciente ou ao seu representante informações escritas sobre os riscos da radiação ionizante e instruções adequadas tendo em vista a restrição das doses recebidas pelas pessoas em contacto com o paciente, tanto quanto razoavelmente	Violação do dever de prestação de informação ao paciente previsto no n.º 4 do artigo 97.º	a) do n.º 1 do Artigo 184.º-A	Regime Geral das Contraordenações	Simples	€ 200 a € 2000	€ 2 500 a € 25 000

AVENIDA 24 DE JULHO, 2-1 1249-072 LISBOA  
www.igas.min-saude.pt / igas@igas.min-saude.pt / Telefone +351 213 408 100 / Fax +351 213 471 837

[https://www.igas.min-saude.pt/wp-content/uploads/2024/01/Guiao\\_para\\_a\\_fiscalizacao\\_do\\_cumprimento\\_do\\_regime\\_juridico\\_da\\_protecao\\_radiologica\\_-20240117.pdf](https://www.igas.min-saude.pt/wp-content/uploads/2024/01/Guiao_para_a_fiscalizacao_do_cumprimento_do_regime_juridico_da_protecao_radiologica_-20240117.pdf)



PERSPETIVAS DE FUTURO



# Recursos Humanos

- Recrutamento orientado para perfis com competências na área da proteção radiológica e áreas clínicas de imagem médica.
- Capacitação contínua dos inspetores através de formação especializada na área da proteção radiológica.
- Aumentar o número de inspetores com formação neste âmbito.
- Reforçar as competências na instrução de processos de contraordenação.



# Instrumentos de trabalho

- Guiões de fiscalização diferenciados por área médica.
- Matriz de risco.
- Checklists de fiscalização harmonizadas.
- Relatórios temáticos.
- Notas técnicas de boas práticas para os serviços de saúde.



# Cooperação



- Partilha estruturada de informação.
- Planeamento articulado de fiscalizações/inspeções.
- Realização de reuniões técnicas periódicas.



Obrigada pela vossa atenção.